

inscrição, ficando traslado daqueles julgados necessários pelo Presidente da Comissão Examinadora.

Art. 38 — Os casos omissos nestas instruções serão resolvidos pelo Comissão Examinadora, por maioria de votos.

Rio de Janeiro, GB, 30 de abril de 1965.

Eugênio de Vasconcelos Sigaud, Procurador-Geral do Estado.

3. Programas

I — DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 — Ato administrativo. Noções gerais. Elementos. Validade, Revogação e anulação. Contrôles dos atos administrativos pelo Poder Judiciário.
- 2 — Contrato administrativo. Noções gerais. Obras públicas. Empréstimos públicos. Compras e fornecimentos. Concorrências e tomadas de preço. Nulidade. Rescisão. Formalização. Reajustamento. Cláusula *rebus sic stantibus*. Caderno de Obrigações.
- 3 — Responsabilidade do Estado. Noções gerais. Caso fortuito, força maior e imprevisão. Atos do Legislativo e do Judiciário. Indenização.
- 4 — Serviço Público. Noções gerais. Formas de execução. Organização administrativa do Estado da Guanabara. Órgãos descentralizados. Personalidade, controle financeiro e patrimônio. Autarquias, fundações e sociedades de economia mista do Estado da Guanabara.
- 5 — Concessões de serviços públicos. Noções gerais. Serviços de utilidade pública. Permissões ou autorizações. Privilégios. Tarifas e competência para sua fixação. Polícia das concessões e permissões.
- 6 — Concessões e permissões no Estado da Guanabara. Requisitos constitucionais. Bondes. Ônibus e lotações. Eletricidade. Gás. Telefone.
- 7 — Bens públicos. Noções gerais. Espécies. Logradouros. Terrenos de marinha. Cemitérios.
- 8 — Regime dos bens públicos no Estado da Guanabara. Venda, aforamento, permuta, doação, cessão, locação, incorporação ao capital de sociedade de economia mista. Bens enfitêuticos e alodiais; usucapião e remição. As sesmarias do Rio de Janeiro.
- 9 — Limitações administrativas ao direito de propriedade. Vizinhança. Servidões administrativas. Proteção paisagística e aos monumentos históricos.
- 10 e 11 — Código de Obras do Estado da Guanabara e legislação complementar. Direito de construir. Licença para construção. Alvará. Processamento. Legalização de obras e mais-valia. Efeitos da licença. Demolição administrativa.

- 12 — Alinhamento. Recuo e investidura. Projetos de urbanização e de alinhamento. Termos em livro do Estado. Validade. Registro pelo Tribunal de Contas.
- 13 — Loteamento. Desmembramento e remembramento. Cessão gratuita. Termos de obrigações.
- 14 — Poder de Polícia. Noção, formas e limites. Censura. Polícia sanitária. Polícia de construções. Tráfego.
- 15 — Código de Contabilidade Pública do Estado. Gestão financeira e gestão patrimonial. Orçamento. Receita e despesa. Execução orçamentária. Controle. Tribunal de Contas. Organização e atribuições.
- 16 — Regime jurídico das águas. Águas públicas e particulares. Margens. Servidões. Força hidráulica. Eletricidade. Concessões e autorizações.
- 17 — Desapropriação. Noções gerais. Utilidade e necessidade públicas. Interesse social. Beneficiários da desapropriação. Desapropriação indireta, por zonas, parcial. Plano urbanístico e projeto de alinhamento. Indenização e seu pagamento. Retrocessão.
- 18 — Servidor público. Funcionário. Cargo público. Regime estatutário e contratual. Pessoal regido pela legislação trabalhista.
- 19 — Provedor. Concurso.
- 20 — Remoção. Reclassificação. Enquadramento. Readaptação.
- 21 — Vacância. Disponibilidade. Afastamentos.
- 22 — Efetividade e estabilidade. Tempo de serviço.
- 23 — Vencimento e remuneração. Vantagens acessórias.
- 24 — Acumulação.
- 25 — Deveres, proibições e responsabilidades de servidor público.
- 26 — Processo administrativo. Revisão.
- 27 — Penalidades disciplinares. Sindicalização. Greve.
- 28 — Crimes contra a Administração Pública. Instâncias penal e disciplinar.
- 29 — Direito de petição. Prescrição e decadência. Tribunais administrativos.
- 30 — Pessoal da União transferido para o Estado da Guanabara. Des-pachantes. Certidão. Salário-família.

II — DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1 — Direito Processual Civil: conceito, posição no quadro das ciências jurídicas, conteúdo, fontes. A norma processual civil no tempo e no espaço.
- 2 — Direito de ação: conceito, principais doutrinas. Condições da ação, legitimação para agir, interesse de agir, possibilidade jurídica do pedido. Carência de ação.
- 3 — Classificação e individualização das ações. Cumulação de pedidos e cumulação de ações. Concurso de ações.

- 4 — O processo como relação jurídica. Direitos, deveres, faculdades e encargos processuais. Pressupostos processuais.
- 5 — Jurisdição e competência: conceito e distinção. Critérios de determinação da competência e suas modificações. Competência originária dos tribunais. Incidentes sobre a competência. Conflitos de jurisdição.
- 6 — Organização judiciária federal e estadual. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Federal de Recursos. Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada. Conselho da Magistratura. Varas da Fazenda Pública. Órgãos auxiliares da Justiça. Ministério Público.
- 7 — Partes. Capacidade para ser parte e capacidade para estar em juízo. Representação e substituição processual. Litisconsórcio e suas espécies.
- 8 — Intervenção de terceiros. Chamamento à autoria, nomeação à autoria, oposição, assistência, embargos de terceiro. Intervenção litisconsorcial.
- 9 — O processo como procedimento. Oralidade e princípios correlatos. Concentração processual, imediatidade e identidade física do juiz.
- 10 — Fatos e atos processuais. Termos processuais. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Prazos, preclusão. Inércia processual: contumácia e revelia.
- 11 — Inexistência, nulidade e anulabilidade dos atos processuais. Nulidade absoluta e relativa. Convalidação dos atos defeituosos.
- 12 — Processo ordinário de conhecimento. O pedido. Petição inicial: requisitos. Distribuição. Valor da causa. Citação, intimação e notificação. Espécies de citação. Efeitos da citação inicial válida.
- 13 — Instância: conceito. Comêço e fim da instância. Suspensão, cessação e absolvição da instância.
- 14 — Defesa do réu. Contestação. Reconvenção.
- 15 — Exceções processuais e substanciais. O sistema das exceções no Código de Processo Civil.
- 16 — Saneamento do processo. Despacho saneador: natureza jurídica, função, efeitos. Encerramento da instância por ocasião do saneamento.
- 17 — Prova: conceito, objeto, meios. Ônus da prova. Procedimento probatório. As provas em espécie. Valoração da prova: sistemas.
- 18 — Encerramento normal do processo em primeiro grau. Audiência de instrução e julgamento. Sentença: conceito, espécies. Sentença e despacho. Publicação, intimação, correção e integração da sentença.
- 19 — Coisa julgada: conceito, principais doutrinas. Coisa julgada formal e material. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. Questões prejudiciais. A coisa julgada e as nulidades processuais.
- 20 — Recursos: conceito, espécies, efeitos. Recurso *ex officio*.
- 21 — Os recursos em espécie: apelação, agravos, embargos, revista, recurso extraordinário, recurso ordinário constitucional. Reclamação.

- 22 — Processo de execução. Ação executória. Título executório. Sentenças exequíveis. Liquidação da sentença: formas.
- 23 — Espécies de execução. Execução por quantia certa. Penhora, arrematação, adjudicação, remição.
- 24 — Execução por coisa certa ou em espécie. Execução das obrigações de fazer ou não fazer. Execução contra a Fazenda Pública.
- 25 — Incidentes da execução. Embargos à execução. Concurso de credores.
- 26 — Mandado de segurança. Ação popular.
- 27 — Ação direta de declaração de inconstitucionalidade (representação). Ação de desapropriação.
- 28 — Ação cominatória. Ações possessórias.
- 29 — Ação executiva. Executivo fiscal. O Fisco no processo falimentar.
- 30 — Inventário e arrolamento. Arrecadação. Ação rescisória.

III — DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 — História do constitucionalismo brasileiro. As Constituições republicanas. Ato Institucional.
- 2 — Conceito de Constituição. Tipos de Constituição. Poder Constituinte: federal e estadual.
- 3 — Taxinomia das regras jurídicas estatais. Interpretação do texto constitucional. Atos exclusivamente políticos.
- 4 — O princípio da supremacia da Constituição. Contrôles da constitucionalidade das leis. Emenda constitucional e seus limites (União e Estado).
- 5 — Regime representativo. República. Parlamentarismo e presidencialismo. Sistemas eleitorais. Partidos políticos.
- 6 — Organização federal. Distribuição de competências no sistema federal. Podêres do Estado. Do Município.
- 7 — Intervenção federal. Os princípios constitucionais da União. Ação direta (representação) e efeitos.
- 8 — Competência tributária da União, Estados e Municípios. Imunidade tributária recíproca da União, Estados e Municípios. Empréstimos externos contraídos por Estado ou Município.
- 9 — Bens da União e dos Estados. Rios e lagos. Terras devolutas. Terras de marinha. Proteção do patrimônio histórico e artístico, na Constituição Federal e na Estadual.
- 10 — Separação de Podêres. Delegação. Invasão de competências.
- 11 — Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Comissões parlamentares de inquérito, federais e estaduais.
- 12 — Lei. Elaboração e seu controle judiciário. Iniciativa. Emendas. Veto e seus efeitos. Competência privativa do Congresso e da Assembléia Legislativa (União e Estado).
- 13 — Orçamento: princípios constitucionais federais e estaduais. Da fiscalização da execução orçamentária no Estado. Competência do Tribunal de Contas do Estado.

- 14 — Do Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República. Responsabilidade presidencial.
- 15 — Do Governador do Estado. Condições de elegibilidade. Impedimentos e vaga. Substituição e sucessão. Mandato.
- 16 — Das atribuições do Governador do Estado. Da responsabilidade do Governador. Imunidades e fóro especial.
- 17 — Dos Secretários de Estado. Requisitos para exercer o cargo. Competência. Responsabilidade. Delegação de competência.
- 18 — Órgãos do Poder Judiciário. Garantias dos juizes. Incompatibilidades. Competência privativa dos tribunais.
- 19 — Supremo Tribunal Federal. Posição no sistema constitucional. Jurisdição. Composição. Requisitos e nomeações. Crimes de responsabilidade e comuns.
- 20 — Competência originária do Supremo Tribunal Federal: litígios entre os Estados estrangeiros e a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; causas e conflitos entre a União e os Estados ou entre êstes; conflitos de jurisdição; habeas-corpus; mandado de segurança. O Recurso Extraordinário.
- 21 — Dos órgãos do Poder Judiciário do Estado. Competência do Tribunal de Justiça; Tribunal de Alçada. Conselho da Magistratura. Varas da Fazenda Pública. Da carreira de magistrado.
- 22 — Do Ministério Público da União e do Estado. Organização e garantias. Competência. Conselho do Ministério Público estadual.
- 23 — O antigo Distrito Federal e o Estado da Guanabara. Transformação e transferência dos serviços federais. A antiga Lei Orgânica (lei federal n.º 217/48), a lei federal n.º 3 752, de 14 de abril de 1960, e a Constituição de 27 de março de 1961.
- 24 — Organização financeira e patrimônio do Estado.
- 25 — Organização administrativa do Estado: serviços públicos. Concessões de serviços públicos federais, estaduais e municipais. Fiscalização dos serviços concedidos pelas comissões estaduais.
- 26 — A Declaração de Direitos e suas garantias constitucionais. Censura. Direito de reunião. Liberdade de profissão. Certidão. Extensão da competência estadual de legislar. Poder de polícia.
- 27 — Direito de propriedade. Limitações e condições. Desapropriação. Intervenção no domínio econômico. Os recursos minerais e de energia hidráulica e os Estados.
- 28 — Da educação e da cultura, na Constituição federal e estadual. Sistema federal e estadual de ensino. Universidade do Estado da Guanabara.
- 29 — Dos funcionários públicos (União e Estados). Concurso. Garantias. Operários dos serviços industriais. Aposentadoria. Declaração de bens.
- 30 — Estado de sítio. Casos em que será decretado. Contrôles jurisdicionais. Prazo. Medidas que, na sua vigência, podem ser tomadas contra as pessoas.

IV — DIREITO PRIVADO

- 1 — Do direito objetivo. Das normas jurídicas. Das fontes do direito. Da vigência, hierarquia, revogação e interpretação das leis.
- 2 — Do conflito intertemporal e interespacial de leis.
- 3 — Das pessoas. Da pessoa física: começo, fim, capacidade, emancipação, registro civil e nome. Das pessoas jurídicas: conceito e classificação. Do domicílio. Da ausência. Da representação em geral. Do comerciante.
- 4 — Dos bens. Classificações. Dos bens públicos e particulares: regime jurídico. Do fundo de comércio.
- 5 — Dos fatos e atos jurídicos: conceito, classificações, defeitos, modalidades, forma e prova. Teoria geral das nulidades dos atos jurídicos.
- 6 — Dos direitos subjetivos: conceito, classificações. Dos direitos reais e pessoais.
- 7 — Da prescrição e da decadência.
- 8 — Das obrigações: conceito e elementos essenciais. Classificações quanto ao objeto, ao sujeito e a outros fatos. Dos juros.
- 9 — Das fontes e efeitos das obrigações. Do pagamento. Do pagamento indevido. Da mora. Da extinção e da inexecução das obrigações.
- 10 — Teoria da imprevisão. Das dívidas de valor. Do caso fortuito e da força maior. Do dano.
- 11 — Da transmissão das obrigações. Da cessão de direitos. Do concurso de credores.
- 12 — Dos contratos: conceito, formação do vínculo e classificações. Da conexão de contratos.
- 13 — Da evicção; dos vícios redibitórios. Da estipulação em favor de terceiros. Da resolução, do distrato, do arrependimento e das arras. Do contrato preliminar.
- 14 — Dos contratos típicos. Da compra e venda civil e comercial. Da promessa de compra e venda de imóvel. Da permuta e da doação.
- 15 — Da empreitada, do mandato, da comissão mercantil, do depósito, do mútuo, da fiança e das sociedades civis e comerciais.
- 16 — Das obrigações por declaração unilateral de vontade. Dos títulos de crédito.
- 17 — Do ato ilícito. Do abuso de direito. Da responsabilidade civil e sua liquidação.
- 18 — Da posse: conceito, evolução, classificações, aquisição e perda. Efeitos e defesa da posse. Com posse.
- 19 — Da propriedade. Conceito. Das limitações impostas à propriedade. Da aquisição e da perda da propriedade móvel e imóvel. Do Registro de Imóveis. Da transcrição.
- 20 — Da desapropriação. Dos direitos de vizinhança. Do direito de construir e das restrições edilícias e sua posição jurídica.
- 21 — Do condomínio. Da propriedade em planos horizontais. Da incorporação.

- 22 — Dos direitos reais limitados em geral. Da enfiteuse. Do aforamento de terras públicas, terrenos de marinha e especialmente dos imóveis foreiros ao Estado da Guanabara.
- 23 — Das servidões. Dos direitos de superfície, usufruto, uso e habitação. Da promessa de compra e venda de imóvel. Dos direitos reais de garantia.
- 24 — Do direito de família. Natureza, objeto e classificação da matéria. Do casamento: conceito, natureza jurídica, impedimentos; celebração, prova, efeitos. Dos direitos e deveres conjugais.
- 25 — Do regime de bens e da dissolução da sociedade conjugal. Da nulidade e anulação do casamento.
- 26 — Do parentesco. Da filiação. Do pátrio poder, da tutela e da curatela.
- 27 — Das sucessões. Da abertura da sucessão. Da transmissão, aceitação e renúncia da herança. Da herança jacente e vacante. Da indignidade.
- 28 — Da sucessão legítima. Da ordem de vocação hereditária. Da representação. Dos herdeiros necessários. Da redução das disposições testamentárias. Da deserdação.
- 29 — Da sucessão testamentária. Do testamento e do codicilo. Das disposições testamentárias. Do direito de acrescer. Da revogação, da caducidade e do rompimento do testamento. Do testamenteiro.
- 30 — Dos legados. Das substituições. Do fideicomisso. Do inventário e da partilha. Dos sonegados. Da colação. Do pagamento das dívidas. Da nulidade, anulação e rescisória da partilha.

V — DIREITO TRIBUTÁRIO

- 1 — Direito Tributário. Caracterização. Sua posição no quadro do Direito. Autonomia e Particularismo.
- 2 e 3 — Relações jurídicas objeto do Direito Tributário: Impostos, Taxas e Contribuições.
- 4 e 5 — Relação jurídico-fiscal: Crédito Fiscal. Nascimento. Valor do lançamento. Fato gerador. Base do cálculo.
- 6 e 7 — Sujeito ativo e sujeito passivo do crédito fiscal: Responsável. Substituto. Solidariedade.
- 8 — Isenção e Imunidade.
- 9 e 10 — Pagamento. Compensação. Subrogação. Imputação. Dação em pagamento.
- 11 — Pagamento indevido. Restituição.
- 12 — Prescrição. Decadência
- 13 e 14 — Evasão. Sonegação. Fraude.
- 15 — Privilégios fiscais.
- 16 — Interpretação da lei fiscal.
- 17 — Penalidades fiscais. Natureza.
- 18 e 19 — Sistema tributário brasileiro. Discriminação de rendas. Bitributação.

- 20 — Lei fiscal. Lei Orçamentária. Validade e eficácia.
- 21 — Processo fiscal judicial. Executivo fiscal. O Fisco em juízo. Privilégios.
- 22 — Processo fiscal administrativo. Natureza. Segunda instância fiscal. Conselho de contribuintes.

Impostos locais

- 23 e 24 — Imposto sobre vendas e consignações.
- 25 e 26 — Impostos de transmissão.
- 27 — Impostos predial e territorial.
- 28 — Imposto de indústria e profissões.
- 29 — Impostos de licença. Imposto de selo. Imposto sobre diversões públicas.
- 30 — Taxas. Contribuição de melhoria.

4. Comissão Examinadora

DECRETO "E" — N.º 777 — DE 30 DE JUNHO DE 1965

O Governador do Estado da Guanabara, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o constante do processo n.º 06-30-381-65, Resolve designar a seguinte Comissão Examinadora para o II Concurso de Procurador do Estado:

Presidente: Professor Elmano Cruz.

Secretário — Procurador do Estado Gustavo Philadelpho Azevedo.

Banca de Direito Administrativo

Presidente — Procurador do Estado — Gustavo Philadelpho Azevedo.

Membro — Procurador do Estado — Luiz Monteiro Salgado Lima.

Membro — Procurador do Estado — Carlos Eduardo de Oliveira Valle

Banca de Direito Processual Civil

Presidente — Procurador do Estado — Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães.

Membro — Procurador do Estado — José Carlos Barbosa Moreira.

Membro — Procurador do Estado — Raymundo Faoro.

Banca de Direito Constitucional

Presidente — Procurador do Estado — José Emygdio de Oliveira

Membro — Procurador do Estado — Petronio de Castro Souza.

Membro — Promotor Público — Armando de Oliveira Marinho.

Banca de Direito Civil

Presidente — Procurador da Justiça — Clovis Paulo da Rocha.

Membro — Procurador do Estado — Arnold Wald.